

**GT-06 - Estado, representação e instituições políticas**

**Coordenadores: Paulo Magalhães Araújo e Mauro Petersem Domingues**

**Carreiras políticas e relações de gênero no legislativo brasileiro: uma reflexão acerca da sub-representação de mulheres na política formal<sup>1</sup>**

**Dayane Santos de Souza\***  
**Adelia Maria Miglievich Ribeiro\*\***

\* Universidade Federal do Espírito Santo; E-mail: dayanesantos.cso@gmail.com

\*\* Universidade Federal do Espírito Santo; E-mail: miglievich@gmail.com

**RESUMO**

Este artigo se insere no debate de “gênero e política” ao apresentar parte da pesquisa acerca da trajetória de dez mulheres representantes do Estado do Espírito Santo no Congresso Nacional Brasileiro. Avalia aspectos de gênero que permeiam a representação política de mulheres, sobretudo na política brasileira, e apresenta alguns dos dilemas debatidos nesse campo de estudo. A metodologia principal é a história oral de vida, acompanhada de pesquisa documental, quando também se realizou levantamento da produção legislativa dessas mulheres. Objetivou-se analisar suas condições sociais, seus projetos ao longo da carreira, ganhos e perdas, entraves e possibilidades, tensões e conciliações sob a influência das relações de gênero. Conclui-se que, mais exitosas em seu projeto político ou menos, tais mulheres tentam uma mútua adequação entre o “intelectual orgânico” de Gramsci e o “político profissional” de Weber, tendendo, porém, a rejeitar a segunda denominação. Acreditam “fazer política” de jeito diferente dos homens, com maiores preocupações éticas e sociais, que, em alguma medida, notam obstaculizar a carreira político-partidária. Convivem com marcante tensão entre carreira e família, admitindo o alto preço pago pelas mulheres para se manterem no campo político. Reconhecem, contudo, a relevância, para si, da escolha de participar do poder de Estado. Tal empreitada busca colaborar na produção de reflexões que possibilitem analisar os dilemas da representação e da participação das mulheres na política, visando ao diálogo com questões mais abrangentes de desigualdade de gênero no país, considerando as especificidades do contexto espírito-santense.

---

<sup>1</sup> A proposta deste *paper* deriva da dissertação de mestrado intitulada “Entre o Espírito Santo e Brasília: mulheres, carreiras políticas e o legislativo brasileiro a partir da redemocratização”, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Ufes, em que a mestranda Dayane Santos de Souza contou com Bolsa Capes. O trabalho teve a orientação e parceria da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adelia Miglievich Ribeiro.



Palavras-chave: Mulheres. Democracia Representativa. Desigualdades de Gênero. Legislativo. Estado do Espírito Santo.

## INTRODUÇÃO

A literatura sobre gênero e política aponta para a ainda sub-representação das mulheres na política institucionalizada, um desafio ao projeto democrático e um impasse aos estudos de gênero e feminismo. O problema de pesquisa a que nos dedicamos foi, levando-se em conta inúmeros fatores, a sub-representação das mulheres nos espaços de poder institucionalizados hoje, especificamente no legislativo federal brasileiro, admitindo que a participação ativa das mulheres nos movimentos sociais e na luta política no Brasil “[...] coexiste com níveis pífios de representação política, uma arena ainda considerada como extremamente masculina” (MATOS e SIMÕES, 2010, p.29).

No caso específico do legislativo, o panorama indica claras dificuldades na representação política parlamentar de mulheres em vários países. Segundo a *Inter-parliamentary Union* (IPU)<sup>2</sup>, com dados de setembro de 2014, a porcentagem de mulheres ocupando cadeiras nos parlamentos pelo mundo, combinados os dados das Câmaras e Senados, é de 21,8%. No Brasil, a Câmara dos Deputados é composta de 8,58% de mulheres e 91,42% de homens, ou seja, de 513 deputados eleitos, só 44 são mulheres. O Senado, atualmente, possui 16% de mulheres ocupando cadeiras, dentre 81 disponíveis (resultado das eleições de 2010). No *ranking* mundial – composto de 189 países – esse desempenho do Brasil coloca-o em 131ª posição, sendo que no continente americano fica atrás de todos os países da América, exceto Haiti (143ª posição).

Nesse sentido, a persistência das desigualdades de gênero nas dimensões cotidianas, alimentada pela divisão sexual do trabalho, condiciona os espaços sociais ocupados por

---

<sup>2</sup> A Inter-Parliamentary Union (IPU) é uma organização internacional de parlamentos, criada em 1889. É financiada, principalmente, por seus membros, através de fundos públicos. Sua sede está localizada em Genebra (Suíça). Atua no diálogo parlamentar em todo o mundo e no estabelecimento da democracia representativa. Possui estreita ligação com as Nações Unidas. Os dados apresentados foram extraídos de sua base de dados sobre os parlamentos nacionais. Disponível em: <<http://www.ipu.org/parline-/parlinesearch.asp>>. Último acesso em setembro de 2014.



mulheres e homens e mantém a apartação entre o público e o privado, com a subalternização do segundo, o que impacta a equidade de gênero na participação política formal. Tal constatação leva a questionar quais são as barreiras para a carreira feminina na democracia representativa brasileira. A pesquisa foi delimitada ao legislativo federal devido à relevância deste poder nas democracias, sendo as instâncias federais as mais altas na hierarquia das instituições políticas legislativas no Brasil, deduzindo-se um maior grau de dificuldade de acesso tanto para homens quanto para mulheres a esse espaço.

Elegendo-se o período de 1982 a 2011, a pesquisa apresenta as narrativas das trajetórias políticas de dez mulheres que galgaram êxito na chegada ao Congresso Nacional, eleitas e suplentes, bem como deputadas e senadoras. São elas Ana Rita Esgário, Etevalda Grassi de Menezes, Iriny Lopes, Lauriete Rodrigues, Luzia Toledo, Maria de Lourdes Savignon, Myrthes Bevilacqua Corradi, Rita Camata, Rose de Freitas e Sueli Vidigal. Tratam-se das representantes do Espírito Santo, estado que teve o melhor resultado proporcional na eleição de mulheres para a Câmara dos Deputados nas eleições 2010<sup>3</sup>. Tal desempenho, no entanto, não significa que o Espírito Santo superou o problema de sub-representação de mulheres, já que até 2010, após 28 anos de redemocratização do país, o estado elegeu e reelegeu apenas 7 mulheres, apontadas na tabela 1.

Das dez mulheres que chegaram ao Congresso Nacional pelo Espírito Santo, a suplente na Câmara dos Deputados foi Maria de Lourdes Savignon (PT), que ingressou, em 1989, na vaga de Vitor Buaziz, eleito prefeito de Vitória. A primeira suplente no Senado foi Luzia Toledo, que assumiu, em 1999, a vaga deixada pelo eleito governador José Ignácio Ferreira (PSDB). A segunda foi Ana Rita Esgário (PT), que ocupou, em 2011, o lugar do eleito governador Renato Casagrande (PSB).

---

<sup>3</sup> Nas recentes eleições de 2014 o Espírito Santo não elegeu nenhuma mulher para a Câmara dos Deputados, retrocedendo na notável posição que alcançou nas duas últimas eleições para a Casa, com quatro de suas dez cadeiras disponíveis sendo ocupadas por mulheres. Por outro lado, elegeu sua primeira senadora de forma direta, Rose de Freitas (PMDB).



**Tabela 1 - Deputadas Federais Eleitas no Espírito Santo (1982-2011)**

Pleito	Deputadas	Nº de votos	(%) votos válidos	(%) cadeiras ocupadas
1982	Myrthes B. Corradi (PMDB)	45.527	6,51	10
1986	Rita de Cássia P. Camata (PMDB)	136.031	16,92	20
	Rosilda (Rose) de Freitas (PMDB)	36.132	4,49	
1990	Rita de Cássia P. Camata (PMDB)	99.147	16,43	30
	Rosilda (Rose) de Freitas (PSDB)	19.951	3,30	
	Etevalda G. de Menezes (PMDB)	7.538	1,24	
1994	Rita de Cássia P. Camata (PMDB)	74.146	8,99	10
1998	Rita de Cássia P. Camata (PMDB)	72.706	6,00	10
2002	Iriny N. Corres Lopes (PT)	70.234	4,25	20
	Rosilda (Rose) de Freitas (PMDB)	69.272	4,19	
2006	Sueli R. Silva Vidigal (PDT)	118.127	6,79	40
	Rita de Cássia P. Camata (PMDB)	74.997	4,31	
	Rosilda (Rose) de Freitas (PMDB)	73.049	4,20	
	Iriny N. Corres Lopes (PT)	60.637	3,48	
2010	Sueli Rangel Silva Vidigal (PDT)	141.578	7,51	40
	Rosilda (Rose) de Freitas (PMDB)	96.454	5,11	
	Iriny N. Corres Lopes (PT)	74.534	3,95	
	Lauriete Rodrigues (PSC)	69.818	3,70	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados no *site* do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES).

Após identificarmos as mulheres que constituíam o universo de pesquisa, descrevemos suas trajetórias e atuação política, buscando relacionar as histórias de vida narradas aos debates da teoria política feminista e aos dados estatísticos que indicam o panorama das relações de gênero na sociedade brasileira. Nesse bojo, analisamos as condições sociais, os projetos ao longo da carreira, ganhos e perdas, entraves e possibilidades, tensões e conciliações à luz de questões presentes nos debates de gênero e de política. Observamos, também, como cada mulher construiu, para si e para os outros, sua identidade e carreira políticas, assim como o modo com que lidaram com os inúmeros entraves e estereótipos de gênero somados às tensões presentes na política partidária.

Este estudo associou estratégias quantitativas e qualitativas de pesquisa, com predomínio da segunda. A metodologia principal é a história oral de vida, acompanhada de pesquisa documental, quando também se realizou levantamento da produção legislativa dessas mulheres com o uso do SPSS, que facilitou a organização dos dados. Das dez mulheres estudadas, oito concederam entrevistas. No caso das duas mulheres que não foram entrevistadas, recorreremos a pesquisa documental.



Consultamos dados estatísticos da população geral e das mulheres na sociedade brasileira, cuja fonte principal foram os indicadores sociais mais recentes disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a pesquisa, também mais recente, desenvolvida pela Fundação Perseu Abramo<sup>4</sup> acerca das mulheres nos espaços público e privado. Outras pesquisas realizadas sobre o tema, dados eleitorais disponibilizados pelos *sites* oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES) e dados sobre a produção parlamentar das mulheres representantes do Espírito Santo, disponibilizados pelos *sites* oficiais do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, também foram consultados.

A investigação sobre a atuação política de mulheres no Estado do Espírito Santo busca somar esforços para os estudos de mesma natureza realizados em outras regiões do país. Reconhecer o “local” como campo de investigações também é necessário para se rever generalizações e se comparar especificidades. Esperamos, dessa forma, contribuir para a reflexão acerca da democracia e da condição das mulheres enquanto sujeitos políticos no Brasil.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Espírito Santo segue a tendência de sub-representação de mulheres em sua Assembleia Legislativa (Ales) e uma fragilidade na permanência de números positivos de representantes mulheres no Congresso Nacional, pois dependeu do capital político de quatro mulheres apenas para manter seus bons números nas eleições de 2006 e 2010: Rita Camata, Iriny Lopes, Rose de Freitas e Sueli Vidigal. Rita Camata perdeu as eleições de 2010, quando concorreu ao cargo de senadora e decidiu não participar do pleito de 2014. Das cinco eleições em que havia participado anteriormente, desde a época da Constituinte, em 1987, a ex-deputada federal foi campeã de votos por pelo menos quatro eleições

---

<sup>4</sup> A Fundação Perseu Abramo é uma instituição de direito privado instituída pelo Partido dos Trabalhadores, mas com autonomia jurídica e administrativa, e cuja sede, de âmbito nacional, está em São Paulo, "tendo como fins a pesquisa, a elaboração doutrinária e a contribuição para a educação política dos filiados do Partido dos Trabalhadores e do povo trabalhador brasileiro" (HISTÓRICO. Site da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/historico-0>>. Acesso em maio de 2014).



seguidas, estando em primeiro ou segundo lugar na preferência do eleitorado. A cantora gospel e empresária Lauriete Rodrigues se somou a essas mulheres quando se elegeu deputada federal em 2010, com pouco tempo de atuação no campo político. A cantora se filiou ao Partido Social Cristão (PSC) em 2004. Nas eleições de 2014 ela desistiu de concorrer à reeleição, mas permaneceu como presidenta regional da sigla.

Segundo Pratti (2013), de 1982 a 2010, a média de ocupação da Ales por mulheres foi de 8,2%. O máximo de mulheres que já passaram pela Casa foi de cinco – na 15ª legislatura, de 2003 a 2007 – num total de 30 (trinta) cadeiras disponíveis para deputadas(os) estaduais. Em 1982, nenhuma mulher foi eleita para a Ales e, antes disso, apenas Judith Leão Castello Ribeiro conquistou o cargo, em 1947, mantendo-se nele por quatro mandatos consecutivos. A família de Judith era um importante grupo político na cidade de Serra. Seu irmão, Rômulo Leão Castello Ribeiro, e seu marido, Talma Rodrigues Ribeiro, foram prefeitos da cidade.

Com a nova legislação eleitoral formulada em 1995, e com alterações até 2009, houve o estabelecimento de cota mínima de 30% e máxima de 70% na candidatura de mulheres e homens para cargos eletivos, o que trouxe alguns avanços para a representação política de mulheres, embora alguns autores, como Araújo (2009), apontem para a ineficácia das cotas no aumento efetivo de mulheres eleitas. Alves, Pinto e Jordão (2012) observam que as eleições gerais de 2010 foram as mais femininas da história do Brasil, com 1.335 mulheres candidatas a deputadas federais (22%) e 3.500 concorrendo ao cargo de deputada estadual (23%). Para o Senado, foram 36 mulheres concorrendo (13%); para os governos estaduais, 18 candidatas (11%); e na disputa pela presidência da República, dos nove candidatos, duas eram mulheres (23%). Dilma Rousseff (PT) foi eleita a primeira presidenta da República no segundo turno, com 56,1% dos votos. Em 2006, Ana Maria Teixeira Rangel (PRP) e Heloísa Helena (PSOL) também disputaram o cargo, sendo que a última teve bom desempenho e figurou em terceiro lugar na disputa pela presidência.

Para os governos estaduais em 2010, o Brasil elegeu apenas duas governadoras em todo o país: Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Roseana Sarney (PMDB-MA), que foi, inclusive, a primeira mulher a ocupar o cargo no Brasil ao vencer a eleição em 1994.



Outras duas disputaram vagas nessa posição no segundo turno – Weslian Roriz no Distrito Federal e Ana Júlia Carepa no Pará, mas não obtiveram sucesso. Dessa forma, na disputa majoritária para os governos estaduais em 2010, houve queda no êxito das mulheres, já que, na eleição anterior, cinco foram eleitas governadoras, todas no segundo turno (FEITOSA, 2012). E nas eleições de 2012, as mulheres representaram 12,03% do total de prefeitos eleitos no Brasil no primeiro turno<sup>5</sup>. Se 2010 foi a eleição mais feminina que o país já teve, o caminho para percorrer ainda é extenso, já que o eleitorado brasileiro, formado por 51,8% de mulheres em 2010, está longe de atingir paridade na representação política da população.

No contexto brasileiro, autores como Avelar (2001, 2013), Matos (2010), Miguel (2001, 2010) e Biroli (2010) observam que há, ainda hoje, uma naturalização da exclusão das mulheres da esfera política, como se elas não tivessem interesse nem por debates políticos nem pela participação na política institucional, porque valorizariam mais a dedicação à vida privada, sobretudo à dimensão da reprodução/maternidade, do cuidado dos mais velhos e doentes, além de seu papel de guardiãs dos afetos/sentimentos, sendo tais traços vistos como de sua “natureza”. Esse cenário é construído por práticas e valores vinculados à dominação masculina, que reproduzem estereótipos de gênero. Dessa forma, a ausência de mulheres ou sua pequena presença em espaços de prestígio, de poder material e simbólico marcam o público como espaço dos homens segundo os autores. Contudo, como argumenta Lúcia Avelar (2013, p.292):

É amplamente conhecido o hiato entre a crescente presença das mulheres na sociedade e no mercado de trabalho, seu maior envolvimento nas organizações da sociedade civil, nos movimentos, conselhos gestores, nas comunidades críticas que caracterizam a diversidade de espaços associativos do Brasil atual, e sua quase invisível presença nos espaços de representação formal e nos partidos políticos.

Paradoxalmente, essa pequena presença das mulheres nos espaços formais de poder não impediu que 80% de suas reivindicações fossem incorporadas à Constituição de 1988,

---

<sup>5</sup> Fonte: Comunicação Social da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, Presidência da República. **Eleições 2012 têm recorde de mulheres eleitas para prefeituras municipais.** Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2012/10/08-10-eleicoes-2012-tem-recorde-de-mulheres-eleitas-para-prefeituras-municipais](http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2012/10/08-10-eleicoes-2012-tem-recorde-de-mulheres-eleitas-para-prefeituras-municipais)>. Acesso em março de 2014.



o que representou um marco na participação política das mulheres na sociedade brasileira. Essa foi a constatação do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), organização não governamental e braço legislativo da Articulação das Mulheres Brasileiras quando da análise das leis federais aprovadas desde a Constituição de 1888, em que o fim da escravidão foi legalizado. A organização notou que das 249 leis aprovadas que versam sobre direitos das mulheres, 200 foram aprovadas após a Constituição de 1988, sendo incorporadas ao texto constitucional (AVELAR, 2013).

Isso significa que a participação política para além do modelo de autorização eleitoral é importante para produzir inovações no campo político. O movimento feminista teve muito êxito nesse sentido, construindo canais de diálogo com o poder público que associaram representação política formal e atuação efetiva na sociedade civil. Conforme Avelar (2013, p.292), as mulheres e outros segmentos da sociedade civil “[...] construíram outras formas de representação sem autorização eleitoral, fundadas nas relações constitutivas entre sociedade civil e Estado”.

A pequena presença das mulheres na política formal não quer dizer, portanto, que não participam da política ou que não têm interesse nela. Pelo contrário, vários coletivos e organizações civis e onde eles atuam com firmeza produziram o que alguns autores chamam de “diferenciação democrática” e “inovações institucionais”, mobilizando-se com êxito na sociedade civil, como as conquistas do movimento feminista. Avelar (2013) ressalta que a crise de representatividade dos partidos políticos fez com que outros canais fossem acionados para viabilizar demandas da sociedade não respondidas e impor sanções à irresponsabilidade ou descaso de vários representantes políticos<sup>6</sup>, uma vez submetidos os partidos a uma lógica mercadológica que os afastou em considerável medida dos princípios republicanos.

No entanto, a incompletude dos direitos de cidadania e as lacunas presentes em um modelo liberal de democracia produzem outra vertente de discussões tão importante quanto

---

<sup>6</sup> Sem pretender um diagnóstico aqui, podemos dizer que parte dessa configuração pôde ser vista nas manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil. A insatisfação com os canais formais da política seguiu-se a inovação, uma nova forma de relação entre população e governantes cujos efeitos ainda estão em processo.



as relacionadas às inovações na participação política. A própria Avelar (2001), Miguel (2010), Biroli e Mello (2010), Araújo (2009), Young (1987, 2000) e Phillips (2001) discutem que a representação política importa. A exclusão de vários grupos desse espaço político é, portanto, um problema a ser enfrentado. Clara Araújo (2009, p.23), por exemplo, afirma que a interferência nas decisões políticas tem ligação fundamental com o acesso ao Executivo e ao Legislativo. Não obstante, em boa parte das democracias representativas, “[...] o Legislativo, além de ser um dos canais de negociação e de formação de recursos para o acesso ao Executivo, detém estatuto destacado na legitimidade política de um sistema e de um governo”.

Entretanto, a inserção, no campo político, de um agente social que, costumeiramente, não pertencia a ele é uma tarefa bem complexa. Pierre Bourdieu (2002) conceitua um “campo” como um espaço de relações objetivas entre posições de agentes ou de instituições, constituídos pelo campo ao mesmo tempo em que o constituem. Tais espaços são relativamente autônomos, possuindo suas próprias regras e lógicas de relações entre os agentes. A posição de cada agente dependerá da configuração de cada campo, que exige saberes e práticas próprias que são reconhecidos socialmente, compondo um “capital simbólico” que só é formado por quem possui o *habitus* necessário ao campo, conseguido por meio de uma socialização especial. A entrevistada Iriny Lopes dá a dimensão do que são essas tensas relações no campo político quando o assunto é o ganho de espaço de mulheres nos partidos políticos:

Então, sabe, assim, o “nós e o poder” ainda tem muita distância, muita distância. E não é um problema numérico, ele só poderia ser numérico se os partidos eles tivessem aberto todas as portas pra participação das mulheres e as mulheres achassem que ali não era seu espaço central. Não tem porta aberta pras mulheres! [...] Claro fica que não é papel das mulheres abrirem essas portas, é papel das mulheres e dos homens, porque senão nós mulheres teremos que arrombar a porta. Aí é outra coisa (LOPES, Iriny. Em entrevista concedida em 14 de fevereiro de 2014).

Outro aspecto marcante para a construção de carreiras políticas de mulheres são seus ciclos de vida, que, em grande parte dos casos, são moldados “conforme a situação conjugal e a maternidade” (AVELAR, 2001, p. 153), algo que colabora para que elas tenham menos tempo do que os homens na dedicação à carreira e, no caso específico, à



política, tomando como prioridades as funções que são socialmente atribuídas às mulheres, como a formação do lar e a maternidade. As entrevistadas para esta pesquisa corroboram a argumentação de Avelar, como é possível notar na fala de Iriny Lopes:

Então, na nossa vida pessoal a gente tem filho, a gente tem neto, a gente tem diligências do cotidiano profissional e da vida doméstica, da vida familiar e da vida de comunidade que nos exigem demais da conta, então, assim, a questão ainda da responsabilidade dos filhos [...] para as mulheres irem à luta para conquistar o espaço público, normalmente quem tá na sua retaguarda é outra mulher. Ou você deixa suas crianças com a sua mãe ou com sua sogra, nunca com o pai ou seu sogro, para que você possa ir à luta ou trabalhar, ou ir à luta para se colocar no mundo da política, pra se colocar no mundo público, pra disputar espaço, ou tem uma pessoa ou uma trabalhadora doméstica que é sua babá ou fica o dia inteiro com seus filhos. Então, assim, normalmente, a sua retaguarda pra você ir pra ribalta... Quem fica no bastidor é outra mulher. Não tem essa de que tem um... De que tem um homem. Então, assim, é muito desafiador ser mulher na política, trabalhar pelas mulheres para que elas também tenham o seu espaço, né (LOPES, Iriny. Entrevista concedida em 26 de julho de 2013).

Avelar (2001) também aponta para as condições estruturais que distanciam as mulheres das posições de poder. Uma delas é o acesso distinto para homens e mulheres aos recursos econômicos e sociais, importantes para a obtenção dos recursos políticos, tais como *status*, prestígio profissional, grau de escolaridade, dentre outros. A autora salienta que a divisão sexual do trabalho e a posição na família afastam as mulheres de posições centrais no espaço público, o que significa que, quanto ao capital social, essencial na luta pelos recursos necessários à obtenção de poder e desempenho público, as mulheres ficam em desvantagem em relação aos homens. Miguel (2010, p. 25) vai ao encontro de Avelar (2001) e do relato de Iriny quando avalia que “[...] a participação política das mulheres é limitada por fatores materiais e simbólicos”, que, por sua vez, obstaculizam sua entrada e permanência na arena política.

A estrutura do Estado pode, também, ser uma barreira para a representação política de grupos sociais minoritários, como o das mulheres. É o que relata Rita Paste Camata quando, ao ser entrevistada, destaca a condição desfavorável das mulheres dentro dos partidos políticos:

As condições do partido em nada, sabe, facilitam. Ninguém quer facilidade, mas você quer pelo menos ter a... Você quer ir pra um processo onde você não seja



apenas, como se fala, pra somar votos pra legenda, porque é uma outra coisa que muitas vezes, na hora de dizer assim “ah, você é uma líder de bairro, líder de categoria [...] - a cabeça dos homens é mais ou menos a cabeça dos partidos - você vai ter aí uns 8 mil votos, isso ajuda na legenda”, entendeu? [...] E o tempo nosso é muito limitado, vamos falar a verdade. Enquanto que os homens praticamente fazem política 24 horas por dia, você 24 horas do dia você tem que ser mãe, tem que ser esposa, tem que ver a casa e tem que fazer o que você faz na profissão que você tiver, da melhor forma possível pra ser reconhecida. Então, é um processo que é difícil (CAMATA, Rita Paste. Entrevista concedida em 25 de março de 2014).

Outra questão levantada por Rose, Myrthes e Etevalda foi que o espaço legislativo estava despreparado para lidar com a presença das mulheres entre seus quadros políticos, tanto na instância estadual quanto federal. Rose e Myrthes lembraram que na década de 1980 não havia banheiro feminino na Câmara dos Deputados. Quando as poucas mulheres que ingressavam na Casa precisavam ir ao banheiro, tinham que esperar que os homens usassem para depois entrar. Mais desafiador ainda era o fato de que muitos arranjos políticos eram acordados no banheiro, o que deixava as poucas mulheres presentes no legislativo fora das decisões políticas.

A ausência de especificação na Constituição Federal sobre a licença maternidade era outro fato notável do quão alijadas estavam as mulheres dos espaços políticos formais naquele tempo. A estrutura física do Congresso Nacional refletia a estrutura política sexista do país, na medida em que demonstrava a quase ausência das mulheres naquele espaço. Se não havia mulheres, quem iria pensar em disponibilizar um banheiro para elas? Essa é uma situação singela, mas que ajuda a entender a relevância, apontada por Phillips (2001), de uma política de presença.

É a presença das mulheres (e de outros atores políticos minoritários) nos espaços de poder que força as barreiras institucionais que reproduzem o domínio masculino em um ambiente que, embora ocupado pelas elites políticas, é símbolo da democracia representativa mantida pelo povo, diverso em suas *perspectivas sociais* (YOUNG, 2000). “Na formulação mais sintética e operacionalizável, perspectiva social é definida como o ponto de vista que membros de um grupo têm sobre processos sociais por causa de sua posição neles” (MIGUEL, 2010, p.29). Esse conceito é capaz de captar a experiência da



posição de grupo sem impor um conteúdo unificado, já que seria um ponto de partida, e não de chegada.

Em concordância com esses autores, consideramos ser necessária uma representação política plural também no público para que desigualdades estruturais sejam desmontadas no conjunto com uma política de ideias, em que as duas dimensões possam produzir um sistema mais justo de representação política. Isso porque, como Phillips (2001) pondera, não é possível tratar as ideias como totalmente separadas das pessoas que as defendem ou então centrar-se nas pessoas sem considerar suas políticas e ideias. Não há uma oposição entre a política de presença e a de ideias, mas complementaridade, como faz entender Anne Phillips.

Um episódio emblemático protagonizado por Rose de Freitas quando presidia a Câmara dos Deputados no lugar de Marco Maia, em 2011, guarda importância para entendermos as dificuldades enfrentadas por mulheres no espaço legislativo. A deputada, à época, vice-presidenta da Mesa Diretora da Câmara, deparou-se com o pedido do deputado ACM Neto para que Marco Maia, o presidente da Casa, retornasse à Mesa Diretora para resolver um impasse na interpretação do Regimento Interno, diante de uma deputada que já estava em seu sexto mandato no legislativo federal e era orientada pela mesma Mesa Diretora que orientava Marco Maia. ACM Neto quis vencê-la no grito, uma postura que não se repetiu com a intervenção de Marco Maia, que manteve o mesmo entendimento de Rose de Freitas. Há momentos em que, realmente, uma votação pode gerar muito conflito e exaltação, mas para um caso como o vivido por Rose, não demandava tamanha exaltação de um deputado. Na percepção de Rose foi sexismo, algo que se repetiu por outras vezes em sua atuação à frente da Câmara dos Deputados.

Ele falava, a televisão colocou no ar, a Globo colocou no ar o que eu to te dizendo. Ele falava: “Responda presidente, responda presidente!” Aí eu – Eu peço pro senhor, eu vou respondê-lo com base no regimento interno... “Responda presidente!”, quatorze vezes seguidas ele falou isso. “Peço a volta do presidente Marco Maia pra que ele possa...”. Oh, quando eu saí da Mesa, eu fui pro microfone e pedi a palavra – O senhor tem que entender que nós somos iguais! “Ele ta falando de quê? De neurônios?”. Disse uma colega minha que ele tava falando de vagina! [risos] Aquela amiga deputada chegou no meu ouvido e disse



que “ele ta falando de vagina”. Os homens que vieram ao Plenário, que estavam no Plenário bateram palmas. Muitas vezes é porque doeu a minha indignação, não é porque eles praticam não. Às vezes é porque doeu, mas só te ter doído já valeu (FREITAS, Rose de. Entrevista concedida em 01 de maio de 2014).

Em uma das pesquisas realizadas por Marlise Matos (2013, p. 330), a cientista política deparou-se com relatos de deputadas que reconheceram ser pouco escutadas no parlamento, de modo que percebiam mais interrupções em suas falas do que ocorria com os homens, a ponto das mulheres se acostumarem e terem menos disposição para ocupar a tribuna e fazer uso da palavra.

Outra questão que esteve presente em pelo menos seis das dez mulheres que compõem nosso universo de pesquisa foi a tensão entre carreira política e família. Rita, Myrthes, Rose, Etevalda, Lauriete e Iriny expressaram com clareza as dificuldades que sentem enquanto mulheres ao sacrificarem a convivência com a família, principalmente com os filhos. No caso de Etevalda e Lauriete isso foi condicionante para desistirem de concorrer à reeleição. Etevalda, Myrthes e Rose não tiveram o apoio de seus maridos para sustentarem a carreira de parlamentares, o que culminou no fim do casamento de duas delas – Rose e Myrthes – e no abandono da carreira por parte de Etevalda. Rita Camata teve a reprovação do marido apenas no início, e mesmo assim não atrelou sua escolha pela carreira ao consentimento do mesmo.

Feitosa (2012), ao analisar o perfil pessoal das mulheres e homens que se candidataram nas eleições 2010 à Câmara dos Deputados, constatou que 64,5% dos homens eram casados e 58,3% das mulheres eram solteiras, separadas, divorciadas ou viúvas. Entre as(os) eleitas(os), 53,3% das deputadas eram solteiras, separadas, divorciadas ou viúvas enquanto entre os homens eleitos, 77,1% eram casados.

O sentimento de culpa pela ausência junto aos filhos foi apontado por Etevalda, Rose, Myrthes e Rita. Nesse sentido, é possível dizer que há, ainda, uma latente centralização da família e do espaço privado na figura das mulheres, o que gera impactos contundentes em seu trânsito no espaço público, vinculado ao “sacrifício” de escolher entre carreira e família ou de conviver com a tensão e a “culpa” de permanecer na vida política. A questão é: aos homens é colocada a necessidade de escolher entre família e carreira?



Mesmo assim, no caso das mulheres entrevistadas não houve um arrependimento pelo projeto de construção da carreira política. Há a consciência de que o exercício dos mandatos e a atividade política como um todo exigem sacrifícios que são inevitáveis. Mas, como Rose apontou em sua entrevista, as mulheres pagam um preço muito alto na escolha pela carreira política.

Um tema recorrente na fala de seis das oito mulheres entrevistadas foi que teriam um *jeito* diferente de fazer política, que elevaria seu nível ou possibilitaria pensar em um modelo alternativo à política convencional, promovida pelos homens. As mulheres estariam, nesta perspectiva, menos suscetíveis à corrupção, ao egoísmo e ao descompromisso com as necessidades das pessoas, pontos negativos atribuídos por elas ao “fazer político dos homens”. Nessa esteira, a maternidade aparece como uma experiência que traz qualidade para o “fazer político”, na medida em que proporciona maior entendimento das necessidades humanas. Haveria por parte das mulheres políticas, então, uma “essência de mãe”, uma *ética do cuidado* (MIGUEL, 2012).

Essa percepção se aproxima da linha feminista do *pensamento maternal*. O calcanhar de Aquiles dessa visão passa pela dificuldade de se questionar, por exemplo, a responsabilidade dos homens na esfera privada e a possibilidade de seu comprometimento com um modelo de política que seja mais justo e voltado para o social, como se isso dependesse de uma diferença arraigada ao fator biológico, algo que foi veementemente questionado pelo movimento feminista mesmo em sua amplitude de abordagens, sobretudo no século XX. Na análise das carreiras políticas das mulheres, vimos que elas vivenciam, com agudeza, a tensão entre carreira e família, admitindo o alto preço pago pelas mulheres para se manterem no campo político. Reconhecem, contudo, a relevância, para si, da escolha de participar do poder de Estado.

Mas a marca da condição de gênero construída pela cultura está presente até mesmo na produção legislativa dessas mulheres. Foi possível constatar, através do levantamento dos projetos de lei e de emendas à Constituição propostos por elas, que a produção legislativa das deputadas e senadoras do Espírito Santo se concentrou na área social (56,4%), que abarca questões como saúde, trabalho, educação, meio ambiente e programas



sociais em geral. Essa classificação foi feita com base em Figueiredo e Limongi (apud ARAÚJO, 2009).

Dos 16 projetos de lei aprovados pelas parlamentares do Espírito Santo, sete eram sobre o tema social, quatro sobre o jurídico, além de duas honoríficas, duas político-institucionais e uma econômica. Ao todo, as dez parlamentares propuseram 472 projetos de lei, com 3,4% aprovados e transformados em norma jurídica; 38,3% estão em tramitação e praticamente metade (49,6%) foi arquivada.

Por outro lado, mais exitosas em seu projeto político ou menos, as mulheres entrevistadas tentam uma mútua adequação entre o “intelectual orgânico” de Gramsci e o “político profissional” de Weber, tendendo, porém, a rejeitar a segunda denominação, já que algumas delas não veem com bons olhos a ideia do político profissional, que, nos termos de Weber ([1919] 1982), é aquele que vive da política e/ou para a política. Foi recorrente nas entrevistas a ideia de que a política é um instrumento de intervenção na realidade social para sua transformação, o que lembra a função do intelectual orgânico de Antonio Gramsci (LESTER, 2003) e sua concepção sobre os partidos políticos, um lugar de fraternidade, filosofia e pertencimento. No caso de Weber ([1919] 1982), os partidos políticos são máquinas especializadas na disputa pelo poder de Estado, e em grande medida se tornaram máquinas de distribuir cargos aos aliados desse intento.

As mulheres em foco referiram-se à sua origem humilde; à luta pela sobrevivência; ao aprendizado da solidariedade; à sua condição, hoje, de porta-vozes de movimentos sociais e grupos ainda vulneráveis socialmente. Mas também são políticas profissionais, as que permaneceram na política, na medida em que se depararam com as regras do fazer político e se adaptaram a elas. Com a constatação de que uma postura pragmática e menos sonhadora é necessária à política, tentam conciliar essa situação com a ideia de que fazem política de modo mais preocupado com as pessoas do que os homens o seriam<sup>7</sup>. Esses são alguns dos resultados obtidos com a pesquisa.

---

<sup>7</sup> É pertinente discutir com mais calma essa análise em outra oportunidade. Citamos aqui para enumerar algumas das conclusões a que chegamos na realização da pesquisa.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dicotomia construída em torno das representações típicas dos gêneros acaba demarcando, de forma desigual, as experiências de cidadania de homens e mulheres. A experiência de vida das mulheres entrevistadas expõe os sacrifícios por trás do êxito de uma *carreira* política numa sociedade que ainda se pauta na divisão sexual do trabalho. Dessa forma, a *carreira* pública das mulheres está mais suscetível aos obstáculos vindos da vida doméstica. Em duas das trajetórias descritas – as de Myrthes, Etevalda – tais obstáculos repercutiram na desistência da vocação política; para Lauriete, houve a desistência pela tentativa de reeleição.

Se há ou não resistência dos homens à inclusão das mulheres na dinâmica partidária não é este o único fator que dificulta a atuação política institucional das mulheres, embora seja um fator de grande peso se comprovado empiricamente. Como as pesquisas desse campo têm se debruçado mais na atuação política feminina, fica difícil dizer em uníssono que as mulheres são alijadas dos partidos por serem mulheres. No Brasil, as cotas para as mulheres não conseguiram eficácia porque, além de não haver sanções para os partidos que não cumprem as determinações dessa lei, o sistema eleitoral do país é de lista aberta, em que não é possível estabelecer prioridade para determinados candidatos, como as mulheres, pois em tal sistema o que define o voto é a preferência do(a) eleitor(a) (ARAÚJO, 2009), que, como Matos e Pinheiro (2012) explicam, ainda mantém concepções muito conservadoras diante das propostas de seus representantes políticos.

O evidente contraste entre o grau de conquistas e de participação das mulheres em esferas da vida social e sua baixa inserção nas instâncias decisórias de poder (ARAÚJO, 2009) ainda se constitui num desafio para a qualidade da democracia. Só há democracia de direito e de fato quando os direitos de cidadania são acessados por todos os segmentos da sociedade, sem discriminações de natureza territorial, socioeconômica, de raça e de gênero (AVELAR, 2001). Sem o estabelecimento da continuidade entre a representação política formal e a participação política sem autorização eleitoral, elaboradas a partir da pluralidade



de *perspectivas sociais* (YOUNG, 2000), as instituições democráticas têm seu alcance prejudicado.

O maior êxito das mulheres na política institucionalizada só ocorrerá de forma consistente se houver sérias discussões e mudanças nos papéis tradicionais de gênero que são desempenhados nas esferas da vida cotidiana, seja na política ou na vida particular, além de mudanças mais significativas na forma como está estruturado o sistema político-eleitoral brasileiro, que acaba favorecendo a desigualdade de acesso ao poder político para grupos minoritários como as mulheres, que paradoxalmente representam a maior fatia do eleitorado no país. Nessa discussão, entendemos que a pluralidade de perfis políticos das mulheres corrobora a tese de que sua entrada na política pode ser mais profícua se desfazer estereótipos, em vez de recriá-los, embora, como foi discutido, o campo político estabeleça grandes percalços. É nesse ponto que a pertinência do debate das relações de gênero na sociedade ganha contornos relevantes.

## REFERÊNCIAS

### *FONTES PRIMÁRIAS (entrevistas)*

CAMATA, Rita de Cássia Paste. **Trajetória pessoal e política**. Entrevista concedida a Dayane Santos de Souza. Vitória-ES, 25 de março de 2014.

FREITAS, Rose (Rosilda) de. **Trajetória pessoal e política**. Entrevista concedida a Dayane Santos de Souza. Vitória-ES, 01 de maio de 2014.

LOPES, Iriny Nicolau Corres. **Trajetória pessoal e política**. Entrevista concedida a Dayane Santos de Souza. Vitória-ES, 26 de julho de 2013.

### *REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2, Brasília, junho-dezembro de 2009, p.23-59.

\_\_\_\_\_. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, nº 24, junho de 2005, p.193-215.



ARAÚJO, Paulo Magalhães. **O Bicameralismo no Brasil: as bases institucionais e políticas do desempenho legislativo do Senado Federal (1989-2004)**. 2009. 279 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH); Departamento de Ciência Política – Programa de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.

AVELAR, Lúcia. Mulher e política em perspectiva. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc, 2013, p.291-314.

\_\_\_\_\_. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

BIROLI, Flávia. Gênero e família em uma sociedade justa. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo, Ed. Horizonte, 2012, p.211-242.

\_\_\_\_\_. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.34, 2010, p.269-299. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a11n34>>. Acessado em 18 de Abril de 2013.

BIROLI, Flávia; MELLO, Janine. Gênero e representação política: hipóteses sobre as diferenças entre a atuação de deputadas e deputados federais na 52ª Legislatura (2003-2006). **Revista Ártemis**, vol.11, dezembro de 2010, p.1-20. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/10685/5918>>. Acesso em novembro de 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FEITOSA, Fernanda. A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatos e eleitos. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina; JORDÃO, Fátima (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p.139-166.

LESTER, Jeremy. **Alinhando a inteligência com a vontade**. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andrea de Paula. INTERNATIONAL GRAMSCI SOCIETY. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 157-172.

MATOS, Marlise; PINHEIRO, Marina Brito. Dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina; JORDÃO, Fátima (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p. 47-89.



MATOS, Marlise. Mulheres em busca de cidadania política: paradoxos de uma incompletude. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc, 2013, p. 315-332.

\_\_\_\_\_. Paradoxos da Incompletude da Cidadania política das Mulheres: novos horizontes para 2010. **Em Debate**: Opinião Pública e Conjuntura Política, v. 2, 2010, p.31-59. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/marlise7.pdf>>. Acesso em 12 de Abril de 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. Desvelo e interesse na teoria feminista. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Teoria política e feminismo**: abordagens brasileiras. Vinhedo: Horizonte, 2012, p.103-126.

\_\_\_\_\_. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v.18, n.36, Junho de 2010, p.25-49. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/04.pdf>>. Acesso em 30 de Março de 2013.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, 2001, v.9, n.1, p.268-290. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>. Acesso em abril de 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, 2010, vol.18, n.36, p.15-23. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444782010000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782010000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 15 de abril de 2011.

PRATTI, Luana Puppim. **Perfil social, recrutamento e trajetórias políticas: uma análise dos representantes do legislativo capixaba, 1986-2010**. 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc, 2013.

WEBER, Max. A política como vocação. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed.. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982, p. 55-89.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. A imparcialidade e o Público Cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB Seyla; CORNELL Drucilla (Orgs.). **Feminismo**



**como crítica da modernidade:** releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987, p. 66-86.

